

CEDI - P. I. B.
DATA 19 / 12 / 86
COD. CID 03

R E L A T Ó R I O

A Portaria nº 673/E, de 05 de fevereiro de 1980 constituiu Grupo de Trabalho que de comum acordo com a comunidade indígena interessada, procedeu a eleição da área a ser constituída em Reserva Indígena dos índios Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio, no Estado de Alagoas.

Nossa saída registrou-se no dia 21 e chegamos na área indígena, dia 23 de fevereiro de 1980. No dia 22 mantivemos contatos em Maceió, com o INCRA, Secretaria da Agricultura do Estado, Instituto Histórico e Geográfico, objetivando conseguir subsídios bibliográficos, mapas e outros dados sobre a área da Ex-Fazenda Modelo.

Fomos informados (e estes dados estão em conformidade com os constantes no Processo nº 15.855/MI/DCA/BSB/79) que a superfície total do imóvel era de 495,9Ha dos quais 50Ha foram desmembrados e devolvidos aos seus legítimos donos aos índios Kariri-Xocó (nº 1 do mapa em anexo).

Desses 455.9ha restantes, no ano de 1948, posseiros invadiram 200Ha, cercando-os e formando a comunidade de signada por Cercado Grande (nº 2 do mapa em anexo).

Estes posseiros não possuem títulos de posse e vivem sob tensão, pois a área é indígena e os Kariri-Xocó reivindicam dia a dia, sempre com maior ênfase, o retorno de suas terras.

Em 1978, quando da reconquista de parte de suas terras, por parte dos índios - que simplesmente imitaram os posseiros - a Fazenda Modelo compreendia uma área de 245,9ha, delimitados com cerca periférica (nº 3 do mapa).

2. CRONOLOGIA DO IMÓVEL E SUAS ATRIBUIÇÕES

1924 - 33: Fazenda do Serviço de Algodão.  
Fomento da cultura algodoeira a cargo do Estado de Alagoas.

1933 - 38: Serviço de Plantas Têxteis.

Fomento do algodão a cargo do Ministério da Agri  
cultura.

1941 - 34: Campo Experimental de Sementes.

Pesquisa e produção de sementes de algodão, milho,  
feijão e arroz, a cargo do Ministério da Agricultu  
ra.

1949 - 54: Neste período, o imóvel também foi utilizado como  
Posto Agropecuário Federal, dando assistência téc  
nica, defesa sanitária animal e vegetal. Funcionou  
uma unidade de beneficiamento de arroz.

1954 - 67: Fazenda Escola.

Havia dois cursos regulares:

a) - Ensino e treinamento de tratoristas;

b) - Economia rural doméstica, ambos em regime de  
internato.

1967 - 76: Fazenda Modelo.

Centro de produção de reprodutores matrizes de ga  
do bovino, puro de origem, Holandês preto e branco  
e Nelore.

1976 - 78: A CODEVASF resolveu extinguir suas atividades ante  
riores para construir uma Estação de Piscicultura.  
O gado foi transferido para o Centro Agropecuário  
de Formoso e o Núcleo Colonial de Paracatu. Parte  
do gado também foi vendido e o pasto alugado a ter  
ceiros.

1978 - 80: Área sob controle do Kariri-Xocó. Pastagens foram  
alugadas a terceiros havendo uma excessiva carga  
de animais; Mato (macega) invadindo as pastagens;  
cercas internas e divisórias das pastagens foram  
arrancadas, enfim, falta total de conservação  
e aproveitamento digno.

Além desta área, num total de 495,9Ha (nº 1,  
2 e 3 do Mapa), os índios reivindicam as áreas de nºs. 4, 5, 6,  
7.

Estas terras pertenciam à comunidade indígena e a finada MATILDE cuidava delas. Com sua morte, estas terras passaram para seu filho JOSÉ DE OURO que as vendeu sem consultar a comunidade indígena e à revelia desta.

Toda liderança opinou pela ilegalidade da venda. Em contato mantido com o Sr. João Ferreira Cruz e a Sra. Evandia Garcia de Carvalho, Escrivã Substituta da Comarca de São Brás, fomos cientizados que nenhuma dessas posses está registrada ou titulada.

O Ouricuri (nº 8 do mapa) nunca foi invadido por se tratar do lugar sagrado dos Kariri-Xocó que o defendem ferreamente.

É a única área onde ainda existe um pouco de mata e não vendem a madeira nem permitem que algum índio retire madeira deste local por se tratar duma área sagrada.

Por ocasião do ritual do Ouricuri as famílias se mudam para o local onde permanecem por 2 semanas, só se ausentando para rápidos cuidados com as roças e para buscar água. Solicitam ajuda da FUNAI no sentido de fornecer recursos para levar água ao local ou então, para a perfuração dum poço, pois não há água potável no Ouricuri.

### 3. ÁREA PLEITEADA PELOS KARIRI-XOCÓ

Além dos 295,9ha (Colônia - nº 1 e Fazenda doada pela CODEVASF - nº 3), a comunidade indígena Kariri-Xocó deseja que sejam incluídos na sua reserva, as terras que eram da finada índia MATILDE e o cercado grande para que tenham uma só área, contínua até Ouricuri.

### 4. HISTÓRICO

As notícias dos primeiros contatos dos colonizadores portugueses com os índios Kariri, da área do Baixo São Francisco, surgem em consequência das investidas contra os Caetés, iniciadas em 1556, quando do massacre do Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, do Provedor-mor Antônio Cardoso de Barros e de mais 98 pes

soas devoradas por esses índios após o naufrágio do navio em que viajavam, nas imediações da foz do rio S. Francisco. Na caçada e combate aos índios Caetés pelas forças expedicionárias pernambucanas, combatem os portugueses em grande parte do sertão da Capitania, desde as margens do rio S. Francisco até o seu limite norte.

"O combate aos Caetés e indiretamente às outras tribus, inclusive aos Kariri, prolongou-se até 1563". (1) Tais combates e a procura de ouro pelas jornadas baianas, que tomavam por eixo o rio S. Francisco, foram, efetivamente, os únicos instrumentos de contato com os índios até 1590. Desta data em diante, a colonização de Alagoas é feita de maneira mais organizada, com a implantação de currais e o início da escravização sistemática dos indígenas.

Por volta de 1696, "quase todo o vale do São Francisco, sobretudo de Juazeiro para baixo, estava povoado de índios: os Anaió, os Amoipira, os Ocren, os Sacragrinha, os Tamaquirí, os Massacará, os Pontá, os Dzubucua-Cariri, os Poriá, os Pan cararu, os Rodela, os Tushá, os Huanoi, os Carapotó, os Shocó, os Aconã, os Aramuru, os Natu, os Cariri, etc." (2) Segundo Alfonso Trujillo Ferrari, os Kariri de Porto Real do Colégio podem ser considerados como membros do grupo dialetal Dzubukua. (3)

Rebelando-se contra o cativo e aliando-se a outros gentios, fazem os Kariri guerra aos "curraleiros". O último quartel do século XVII é propriamente dito de guerras e para rechaça-las os "curraleiros" pede auxílio às bandeiras paulistas, dando margem a contatos nitidamente hostis.

"No limiar do século XVIII, os Kariri estavam exaltados e em estado de guerra mas as revoltas são derrotadas e compelidos para o interior do São Francisco". (4)

Segundo o Dicionario Geographico do Brasil (5) Porto Real do Collegio se constitui de "Villa e municipio do Estado das Alagôas, na comarca do Penedo, a margem esquerda do Rio S. Francisco, 40 kils. acima da cidade do Penedo e em frente de Propriá, sobre um sólo plano e pedregoso, junto à lagôa do Co queiro".

Saint-Adolphe (6) localiza, no verbete "Collegio", no século XVI a construção da igreja paroquial desta aldeia pelos jesuitas. Por outro lado, temos que "pelos meados do século XVII, os padres jesuitas, em cumprimento das instruções e projectos de sua Ordem sobre cathechese e civilização, obtiveram a concessão de duas leguas de terras com uma de fundo, à margem do Rio S. Francisco, na distancia de sete leguas acima do Penedo, e ahi fundaram um aldeamento de indios composto de tres nações diversas: os Carapotis, os Aconans e os Cayriris (...) trataram logo da edificação de uma capella no lugar em que hoje se acha a matriz da freg., e logo após deram começo à fundação de um convento ou collegio para sua residencia ... Sabe-se ainda hoje pela tradição que em 1715 existiam ahi em missão dos gentios os padres recoletos do Urubá, hoje Cimbres, em Pernambuco." (7)

A localização que faz Saint-Adolphe da Aldea de Collegio, na Provincia das Alagoas, coincide com a anteriormente citada. Diz-nos ele que tal Aldeia estaria situada "na margem esquerda do rio de São-Francisco, 15 legoas acima de sua embocadura, e a 7 de distancia da villa de Penêdo". (8)

Localizados por Nimuendajú (9) em 1746 no baixo São Francisco, os Aconãs (Wakoná) foram mencionados por Aires de Casal (10) como morando no distrito de Lagoa Comprida umas poucas léguas a oeste de Penedo (11), no ano de 1817.

Sob a denominação Xocó existiam talvez 3 bandos com este nome e suas variantes (Chocaz, Chocó, Shocó). "O grupo em Alagoas é mencionado inicialmente como morando no baixo Rio São Francisco, em 1749 e também em 1751. Um documento do século XVIII (MS. Informação Geral de Pernambuco. I-12-3, nº 25 - Seção de Documentos, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro) classifica estes indios entre os que falavam língua geral, mas outro indica que eles não falavam. Nessa época estes indios moravam na Aldeia do Pão de Açucar, em Penedo". (12)

Com o decreto de expulsão dos jesuitas de 1759, houve uma concessão do governo "a estes Indios (de) 3 legoas quadradas nas margens do rio para convidá-los a empregarem-se na agricultura, porém sem sucesso; continuarão a entregar-se à ociosidade e ao uso de bebidas espirituosas". (13)

Pressupõem-se que a ereção da freguesia de N.S. da Conceição seja datada do final do século XVIII, isso porque um Alvará de 1795 ordenava a criação de paróquias em todos os aldeamentos de maior importância, instituídos pela antiga missão dos jesuitas. (14)

Logo após a saída dos jesuitas, foram as aldeias entregues a diretores escolhidos pelo Governo e "...em 1822 era director da aldeia de Porto Real; José de Sant'Anna Reis, no meado pelo Governo Provisorio e quando Reis ia a este aldeamento tomava pousada no edificio do antigo collegio ...". (15)

Em seguida temos notícia de que em 1841, Porto Real, "nova missão da provincia das Alagoas", compunha-se de mais de 200 individuos, 102 homens e 98 mulheres que começavam a agriculturar as terras e a assistirem aos Officios divinos". (16)

Por volta de 1842 existiam aldeamentos ou missões nos Municípios alagoanos de Penedo, Palmeira, Atalaia, Porto Calvo. "O primeiro localiza-se no Arraial de Pôrto Real, às margens do São Francisco, onde existem 200 indígenas "já mui degenerados" da raça primitiva. A esse aldeamento foi concedida uma área de 2 léguas de frente por uma de fundo, "mas esta propriedade nunca foi medida nem demarcada hoje se acha invadida por muitos heróis confinantes". (17)

No mesmo relatório de 1842, o Presidente da Província das Alagoas se refere à necessidade da demarcação de terras dos índios aldeados, mas tal demarcação visa mais à delimitação e resguardo das propriedades privadas que se expandiram nessas áreas que, propriamente à defesa dos direitos indígenas sobre o solo.

"No ano anterior à aprovação do Regulamento das Missões de 1845, a situação indígena em Alagoas continuava bastante precária, principalmente pelo fato de que os responsáveis pela administração de seus bens e interesses não tinham o poder ou o desejo de se oporem às poderosas pressões que contra eles se exerciam". (18)

Em 1845 a situação dos índios de Alagoas era a seguinte: "... sou informado que os (índios) do Colegio montam a 72, divididos em três companhias ...". (19)



Segundo relatório de 1852, o grupo de Collegio tinha 258 indivíduos e vivia de pesca, plantio de mandioca e venda de grosseira louça de barro manufaturado pelas mulheres. (20)

Em 1854, havia em Alagoas um total calculado de 3.657 indígenas distribuídos pelas aldeias de Jacuípe, Cocal, Urucu, Atalaia, Palmeira e Collegio". (21)

Em 1856 temos o dado da existência de 258 indivíduos (índios) localizados em Collegio. (22)

Em outubro de 1859, "Collegio foi visitado por D. Pedro II, sendo este recebido pelos habitantes tendo à frente fileiras de índios armados de arco e flechas". (23) Segundo informes obtidos recentemente (24), os índios de Colégio ainda hoje "apelam para a existência de um termo de doação de terras feita pelo Imperador Pedro II quando em 1859 esteve em Porto Real de Colégio, em sua viagem à cachoeira de Paulo Afonso". Os Xocó-Cariri também informam que tal documento se encontra no Museu Imperial de Petrópolis.

Em Relatório da 3ª Diretoria da Secretaria D'Estado dos Negócios da Agricultura, no item "Medição de Terras Públicas", ficamos sabendo que a 30 de março de 1860 o engenheiro Carlos Boltersten partiu para a província de Alagoas para iniciar a medição de perímetros de territórios onde as terras públicas corriam maior perigo de serem invadidas.

No Relatório da 3ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 1861, temos que a Aldeia de Porto Real do Collegio no Município de Penedo, contava com 193 almas, 53 fogos e um Patrimônio de 2 léguas quadradas.

Em 1861 haviam em Alagoas os seguintes aldeamentos: Jacuípe, Cocal, Urucu, Limoeiro, Santo Amaro, Atalaia, Palmeira dos Índios e Colégio ou Porto Real, no Município e Comarca de Penedo. (25) Nesta época haviam em Colégio ou Porto Real 193 indígenas das "tribos Crapotós, Cariris e Acunans". (26)

No Relatório do Presidente da Província das Alagoas de 15 de junho de 1862, somos informados que os aldeamentos da Província são em número de 8, sendo que o de Collegio ou Porto Real, Município de Penedo, Comarca do mesmo nome e Freguesia de N.S. da

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

= 08 =

Conceição conta com 193 almas das tribos Crapotós, Cariris e Acunans. Os citados Acunans são provenientes da Província de Sergipe.

Segundo o mesmo relatório o arrendamento dos terrenos da aldeia de Porto Real renderem no triênio 1857/1860 750\$ 000. Informa ainda que além das rendas dos arrendamentos podem produzir anualmente 500\$ 000 "porque taes terras estão quasi todas habitadas por pessoas que pagão arrendamentos; além disso nellas existem varias lagoas, em quasi todas plantão os rendeiros arroz, e tanto estes como os que plantão mandioca igualmente pagão duplo arrendamento ... Existe alem disto uma pedreira que de ha muito se arrenda pelo preço de cem mil réis por anno".

Sobre a usurpação que vêm sofrendo os índios sob pretexto de dúvidas sobre os limites de suas terras, coloca o relatório que "não consta que hajão aforamentos nem que tenham sido os patrimonios digo os terrenos de patrimonio dos indios vendidos por ordem e intervenção de autoridade pública".

Em março de 1873, o Presidente da Província de Alagoas, Dr. Luiz Rômulo Perez de Moreno, dirige-se à Assembléia Legislativa da Província informando que, por Aviso do Ministério da Agricultura, datado de Julho do ano anterior, foi o Governo da Província autorizado a extinguir as aldeias de índios ali existentes, "tendo este governo expedido, imediatamente, ordens neste sentido". Segundo informa o Presidente Perez de Moreno, "os intitula dos índios, porém, continuaram a disputar a posse dêsses terrenos procurando extendê-la a outros limitrofes". Em consequência deram-se, em alguns sítios, conflitos que resultaram até em morte. (27)

Assim, temos a tentativa de resolver os problemas vivenciais dos remanescentes indígenas da Província de Alagoas através da extinção de aldeamentos, seguida de providências policiais para controlar os recalcitrantes.

Pela Lei Provincial nº 737 de 7 de junho de 1876, a aldeia de "Collegio" foi elevada à categoria de vila, sendo instalada e tomando posse as autoridades em 18 de novembro do mesmo ano.

Segundo A.M.Pinto (28), alguns dados sobre as divisas de Porto Real do Collegio podem ser encontrados na Lei Provincial nº 927 de 10 de julho de 1883.



5. LOCALIZAÇÃO DE PORTO REAL DE COLÉGIO - SEU PERFIL

Porto Real do Colégio é uma pequena cidade localizada a margem esquerda do rio São Francisco, no Município de Porto Real de Colégio, Estado de Alagoas.

Segundo informações de março de 1979 (29) Porto Real conta com uma população de 5.000 habitantes e quase não tem estabelecimentos comerciais. Estes se limitam a um armazém de cereais, "vendas", "botecos" e uma pequena farmácia. Existe o Correio, mas o telégrafo foi desativado. Existem uns 9 telefones instalados e a rede ferroviária, que antes da construção da ponte Colégio-Propriá ali terminava, também foi desativada, e a vila dos funcionários abandonada. Possui ainda 2 grupos escolares e um "ginásio" (até o 8º período do 1º grau).

A vida de Porto Real de Colégio oscila entre Propriá, cidade sergipana ligada a Colégio pela ponte Colégio-Propriá, Arapiraca, a principal cidade do interior alagoano e Penedo, que é a sede administrativa de vários organismos, além de sede episcopal.

6. O POSTO INDÍGENA

A origem do Posto Indígena Padre Alfredo Damaso funda-se no aldeamento de índios Kariri, Akonan e Karapotí pelos jesuítas em meados do século XVII.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, as aldeias passaram a ser dirigidas por agentes do Governo (Diretoria Geral dos Índios - criada pelo Decreto Imperial nº 426, de 24 de julho de 1846 (30) ) que no entanto as deixavam, na maior parte do tempo, entregues à própria sorte (31), até que em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios. Em 1944, funda o SPI um Posto Indígena em Porto Real de Colégio a pedido do padre Alfredo Damaso.

O Posto Indígena está situado praticamente dentro da cidade de Colégio, a cerca de 300 metros da sede da Prefeitura Municipal. Está localizado à margem do rio, à entrada da chamada "rua dos índios" ou "rua dos caboclos", onde se concentrava, até novembro de 1978, a maior parte da população indígena local.

As terras do posto são cercadas de arame farpa do e as propriedades circunvizinhas pertencem ao Governo Federal e a particulares. Não há planta nem título de propriedade. (32)

7. NOTÍCIAS MAIS RECENTES

O Relatório da 4ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), referente ao ano de 1945 nos informa que o estado da Inspeção era de grande desorganização e que a nova chefia tinha se dedicado especialmente a dois assuntos: educação dos índios jovens e o estado sanitário das populações indígenas.

Especificamente em relação ao P.I. Alfredo Damaso, nos informa que o Posto dispõe de uma área de 10ha, coberta de vegetação, onde 166 índios Cariris habitam 67 choupanas e celebram seu culto secreto denominado Ouricuri. Vivem eles exclusivamente da venda de utensílios de cerâmica. Relata que o estado dos índios é de extrema miséria, por não terem mais do que choupanas erguidas numa rua estreita, perpendicular ao rio. Solicita à diretoria que consiga, junto ao Diretor do Fomento da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, a cessão de 50ha de terras incultas do Campo de Sementes de Porto Real de Colégio, para as culturas dos índios.

Outro Relatório da mesma Inspeção para o ano de 1946, contém as seguintes informações relevantes: os trabalhos da Inspeção foram prejudicados em razão da insuficiência de verbas distribuídas, falta de chuvas, proibição de viagens para servidores e a falta de um veículo que abreviasse as distâncias e tornasse mais fácil a comunicação com os Postos.

Com relação ao P.I. Alfredo Damaso temos que através da vacinação tem-se evitado a varíola e outras doenças assim como a obtenção do êxito na guerra ao impaludismo que assola o Posto.

Neste ano, contava o Posto com uma população de 167 habitantes.

O Relatório da 4ª I. R. referente ao ano de 1947 argumenta que para que fosse ministrada uma verdadeira assistência ao Índio, numa Inspeção em que quase todos os Postos

estão situados em zonas insalubres ou secas, seria necessária a constância no tratamento médico, uma vez que os índios estão debilitados pela malária, e incitamento ao trabalho remunerado quando escasseassem as chuvas.

Informa que graças à compreensão do Sr. João Marcelino, Agrônomo Chefe do Fomento Agrícola em Porto Real de Colégio, conseguiu-se 24ha de terras para o P.I. Alfredo Damaso, o que vem diminuindo a situação angustiante dos índios ali residentes, já que se encontram roçando os terrenos e tomando providências para o futuro plantio. A população de 167 habitantes sobrevive basicamente da venda de cerâmica.

Com relação a esse mesmo ano (1947), o linguista Max Boudin (33) informa ter encontrado no Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento "Padre Alfredo Damasco", em Porto Real de Colégio, menos de 200 descendentes dos índios Xocós.

No ano de 1949, o Relatório da 4ª I. R. nos informa que as rendas internas dos Postos estão sendo recolhidas ao Banco do Brasil e, quando surgem necessidades imperiosas, recorre-se a essas rendas, remetidas pela Diretoria. Destaca o auxílio de CR\$ 20.000,00 para as vítimas das inundações provocadas pelas enchentes do Rio S. Francisco. Foram beneficiados com víveres e reconstrução de suas casas os índios de Rodelas e Padre Alfredo Damaso.

A população do Posto neste ano era de 176 índios, e houve uma pequena produção agrícola durante o ano de 1949.

O Relatório referente ao ano de 1950 informa que a população do Posto Indígena Alfredo Damaso é de 179 pessoas e a área de terras é de 50ha. (34) Informa ainda que houve plantio de mandioca, milho, feijão, mangueiras, pinhas e coco anão.

Segundo Hohenthal (35) em 1951-52, haviam 176 índios Xocó em Colégio.

Nossa próxima notícia da 4ª Inspeção Regional é um Ofício datado de 05/01/1959 em que se informa ao Diretor do SPI as áreas de terras dos Postos da 4ª I.R.:

1. Posto Nísia Brasileira - 14.400ha
2. Posto Gal. Dantas Barreto - 14.400ha
3. Posto Pancararu - 7.200ha (estando em litígio 1/2 da área)
4. Posto Aticum - 5.400ha (área presumível)
5. Posto Xucuru - 16ha (fora pequenas áreas de propriedade particular de índios, que se supõe atingirem a 5.000ha)
6. Posto Irineu dos Santos - 372h 37a e 90c (adquirido pelo SPI)
7. Posto Alfredo Damaso - 50ha
8. Posto Rodelas - 200ha
9. Posto Quiriri - 2.000ha
10. Posto Caramuru-Paraguaçu - 22.000ha
11. Posto Eng. Mariano de Oliveira - 3.332ha

O Relatório do Inspetor do SPI Paulo Rufino de Melo e Silva, de 17/12/1960, em resposta ao telegrama nº 1377 da S.O.A. informa que o P.I. Alfredo Damaso conta com uma área de 50ha de terras e uma população de 272 índios Cariris, que cultivam mandioca, milho, feijão e outras pequenas culturas.

Existe ainda, datado de 10/08/1961, um relatório (Em anexo) com dados acerca da situação das terras dos Postos sob a jurisdição da 4ª I.R., assinado por Raimundo Dantas Carneiro, chefe desta Inspeção. Especificamente sobre o P.I. Alfredo Damaso relata: "... situado a margem esquerda do Rio São Francisco, no Estado de Alagoas, com 50ha de terras cedidas pelo Fomento Agrícola Federal, do antigo campo de sementes, existente naquele local (Processo C.C.V. - 11.222 de 4 de agosto de 1947), e uma área de 20ha a 3km do campo de sementes onde anualmente realizam suas festas religiosas".

Com relação à situação mais atual (1979) dos índios de Porto Real do Colégio, segue anexo cópia do Relatório entregue à FUNAI pela Antropóloga Vera Calheiros.

#### 8. TOMADA DA FAZENDA AGRÍCOLA PERTENCENTE À CODEVASF (36)

Tradicionalmente ligada à rizicultura, além de outros produtos cultivados em roças, a economia local se viu, a partir dos anos 70, profundamente afetada pela introdução, por parte do Governo Federal, de novas formas de acesso a terra, bem

como de organização da força de trabalho. Através de um programa desenvolvimentista, levado a efeito pelo Ministério do Interior, pequenas, médias e grandes propriedades da região (desde as consideradas pela política governamental minifúndios improdutivos, com menos de 10ha, até propriedades com mais de 600ha) foram desapropriadas pelo Governo a fim de introduzir uma nova tecnologia para o plantio do arroz, tendo por base a irrigação e introduzir também uma nova forma de acesso a terra baseado no direito do lavrador e sua família trabalharem, sem no entanto terem a sua posse, uma vez que os lotes pertencem à Cooperativa Agrícola.

Pequenos, médios e grandes produtores foram indenizados, e a SUVALE (Superintendência do Vale do São Francisco), a partir de 1975 CODEVASF, iniciou a implantação de uma nova forma de produção agrícola.

A construção de barragens para o aproveitamento da força hidráulica do São Francisco na produção de energia elétrica, sobretudo a represa de Sobradinho, veio provocar mudanças na vazão do rio, o que alterou o ciclo agrícola do Baixo São Francisco, desativando cerca de 9.000ha de terras produtivas de arroz que não mais seriam inundadas pelo rio. (37)

Até agora (março/1979) apenas um projeto foi posto em funcionamento em Porto Real de Colégio - o Projeto Itiuba - que deverá cobrir uma área de cerca de 1.000ha. Entretanto ainda não se chegou a conclusão sobre qual o melhor tipo de arroz a ser cultivado, uma vez que existem divergências entre os conhecimentos teóricos dos agrônomos e a experiência empírica dos antigos plantadores de arroz.

No Projeto Itiuba trabalhavam em 1978, 72 famílias de Porto Real de Colégio, das quais 48 indígenas.

Para ser parceleiro, o candidato se inscreve no Cartório da CODEVASF onde é selecionado mediante questionário fornecido pelo INCRA e aplicado por assistentes sociais. Caso seja selecionado, é encaminhado para treinamento promovido por técnicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e do próprio INCRA. Depois de treinado, o futuro parceleiro fica esperando ser chamado para receber seu lote. Esta espera

pode durar meses ou até 2, 3 anos. Uma vez engajado no Projeto, o parceleiro espera a terra ser preparada e os lotes divididos. Entre um cultivo e outro o parceleiro fica "parado" e neste período deve se manter com o saldo positivo que tenha recebido da safra anterior. Das 48 famílias indígenas trabalhando no Projeto Itiuba, apenas 11 tiveram saldo positivo.

Devido a toda essa situação acima descrita, há um conflito latente entre o sistema a ser implantado e a população local. Este conflito muitas vezes se desencadeia em atitudes que são tomadas contra as determinações recebidas.

As pessoas não assimiladas pela nova produção de arroz tem dificuldade de manter suas roças vez que nas terras altas a criação de gado vem se transformando em grandes fazendas onde o plantio do capim tem ocupado áreas anteriormente cultiváveis. Ainda assim, são nestas terras onde se encontram os pequenos "sítios", bem como os 50ha de terra que desde os anos 40 foram doados aos índios de Colégio. Nestes 50ha se plantam os roçados e há uma parte reservada para os ritos religiosos do "Outicuri", tradição mais importante dentre as mantidas pelo grupo Xocó-Cariri.

As terras desapropriadas e ainda não reabsorvidas pela nova tecnologia são vistas como "abandonadas". Há portanto um conflito entre uma situação real de falta de terra para plantio do "de comer" e a aparente situação de abandono de "terras do governo". Cabe ressaltar que "o governo", ao contrário dos antigos proprietários, não é personificado diretamente em alguém. Está distante e é impessoal. Além disso, os invasores reagem a palavra "invasão" (com relação à tomada da Fazenda) pois apelam para o seu direito legítimo de retomarem as terras que são suas por posse imemorial, uma vez que, segundo a tradição do grupo, a aldeia Kariri original se encontrava dentro da atual Fazenda CODE VASF. Citam constantemente a existência de um termo de doação de terras de 1859, feito pelo Imperador D. Pedro II durante sua visita a Porto Real quando da viagem a Cachoeira de Paulo Afonso.

Parece-nos, então, que é dentro dessa perspectiva que deve ser vista tomada de terras pelos índios de Porto Real de Colégio, em Novembro de 1978.



NOTAS

- (1) FERRARI, Alfonso T. - Os Kariri, o crepúsculo de um povo sem história. Publicações avulsas da Revista de Sociologia. nº 3 - São Paulo, 1957.
- (2) PINTO, Estevão - Etnologia Brasileira. São Paulo, Ed. Nacional (1956) (Biblioteca Pedagógica Brasileira - Série 5ª - Brasiliana, v. 285)
- (3) FERRARI, A.T. - op. cit.
- (4) FERRARI, A.T. - op. cit.
- (5) PINTO, A.M. - Diccionario Geographico do Brasil. Vol. 3
- (6) SAINT-ADOLPHE, M. - Diccionario Geogr. Hist. e Descritivo do Império do Brasil. Vol. 1

---

- (7) PINTO, A.M. - op. cit.
- (8) SAINT-ADOLPHE, M. - op. cit.
- (9) NIMUENDAJÛ, Curt 1946 - Tribal Map, Map Nº 7 (IN: Handbook of South American Indian, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, Vol. I, Smithsonian Institution, Washington)
- (10) CASAL, Aires de, 1947. In: HOHENTHAL, W.D. - As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco Rev. do Museu Paulista. Vol. XII, SP.
- (11) Segundo mapas dos Relatórios dos Presidentes de Província, Colégio se inseria no Município de Penedo, Comarca do mesmo nome, Freguesia de N.S. da Conceição.
- (12) HOHENTHAL, W.D. - As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. Rev. do Museu Paulista. Vol. XII - SP.
- (13) SAINT-ADOLPHE, M. - op. cit.
- (14) PINTO, A.M. - op. cit.
- (15) PINTO, A.M. - op. cit.
- (16) SAINT-ADOLPHE, M. - op. cit. Vol. 2

- (17) Souza Mello - Relatório do Presidente da Província de Alagoas, 1842. In: MOREIRA NETO, C.A. - 1971
- (18) MOREIRA NETO, C.A. - A política Indigenista no século XIX - Te se de doutorado - Univ. Estadual Paulista de Rio Claro, 1971.
- (19) Oliveira Lisboa - Relatório do Presidente da Província de Alagoas, 1845. In: MOREIRA NETO, C.A. 1971
- (20) CALVET, J. de P.M. - MS - Mapa estatístico do número de Aldeias e Índios domesticados e nômades ... 30 de abril de 1852. In: HOHENTHAL, W.D. Rev. Museu Paulista, Vol. XII.
- (21) MOREIRA NETO, C.A. - op. cit.
- (22) Mappa Estatístico dos Aldêamentos de Índios de que ha noticia na Repartição Geral das Terras Publicas - Repartição Geral das Terras Públicas. - Em: 20 de abril de 1856, por Bernardo Augusto Nascente d'Azambuja. IN: MOREIRA NETO, C.A. - 1971.
- (23) CARDOSO, A. ed. - Album ilustrado do estado de Alagoas ... (Rio de Janeiro, Leuzinger) 1908.  
In: FERRARI, A.T. - 1957
- (24) Informações recebidas através da Antropóloga Vera Calheiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (Rio de Janeiro), que esteve em Porto Real de Colégio em 1979. Os dados citados no presente trabalho, fazem parte do seu Projeto de Tese de Doutorado.
- (25) MOREIRA NETO, C.A. - op. cit.
- (26) Souza Carvalho - Relatório do Presidente da Província de Alagoas, 1862. IN: MOREIRA NETO, C.A. - 1971
- (27) MORENO, R.M. - Relatório do Presidente da Província de Alagoas, 1873. IN: MOREIRA NETO, C.A. - 1971
- (28) PINTO, A.M. - op. cit.
- (29) Idem item (24)
- (30) MOREIRA NETO, C.A. - op. cit.
- (31) HOHENTHAL, W.D. - op. cit.
- (32) LAND, Ney - Relatório ao Serviço de Proteção aos Índios, 1965

- (33) BOUDIN, M. - MS - Gramática, vocabulário e textos da língua Ia-te falada pelos Índios Fulni-o de Aguas Belas. In: HOHENTHAL, W.D. - Rev. Museu Paulista Vol XII
- (34) O relatório do ano de 1947 refere-se a 24ha de terras cedidos pelo chefe do Fomento Agrícola em Porto Real. Não encontramos explicações para como se chegou a 50ha em 1950.
- (35) HOHENTHAL, W.D. - The general characteristics of Indian cultures in the Rio São Francisco Valley. Rev. Museu Paulista, Vol. XII.
- (36) Idem item (24)
- (37) Segundo fontes oficiais foram estas as razões que levaram o Governo Federal, através da CODEVASF, a desapropriar terras e, a partir do sistema de irrigação, implementar mudanças na produção agrícola.

A N E X O S

- Nº 1 - Relação dos posseiros do Cercado Grande (nº 2 do mapa anexo 3).
- Nº 2 - Relação dos posseiros nas terras da finada Matilde (nºs 4, 5, 6, 7 do Mapa, anexo 3).
- Nº 3 -- Mapa da área eleita.
- Nº 4 - Mapa da área eleita.
- Nº 5 - Mapa da Ex-Fazenda Modelo.
- Nº 6 - Mapa com as casas dos índios dentro do perímetro urbano.
- Nº 7 - Normas para seleção e assentamento de parceleiros (CODEVASF).